

O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DE PESSOAS TRANS DENTRO E FORA DO SUS: A BUSCA PELO DIREITO À SAÚDE

HELLEN SKRZYPCZAK^{1,2*}, HENRY FORD DAL'COL FROIS³, RENE LOPES
NOGUEIRA NETO⁴, BRÍGIDA DA PENHA FERRAZ⁵, EDUARDA LUIZA MACIEL
DA SILVA⁶, JONATAN PELLENZ⁷, GIOVANI ROPELATO⁸, KELI REGINA DAL
PRÁ⁹, CLÁUDIO CLAUDINO DA SILVA FILHO¹⁰

1 Introdução

A transição de gênero envolve desafios estruturais e sociais que impactam diretamente a qualidade de vida das pessoas trans. No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece o Processo Transexualizador, garantindo acompanhamento hormonal e cirúrgico, conforme previsto na Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e

¹ Estudante do Ensino Médio. Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), *Campus* Chapecó-SC. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-5505-8401>. E-mail: skr.hellen@gmail.com

² Grupo de Pesquisa em Educação Popular e Formação em Saúde e Enfermagem (EDUFES)

³ Médico formado pela Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Chapecó-SC. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0988-1954>. E-mail: henryfordfrois@gmail.com

⁴ Médico formado pela Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Chapecó-SC. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4328-5857>. E-mail: rene.netoii@gmail.com

⁵ Médica formada pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Chapecó-SC. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0288-8763>. E-mail: brigidaferraz00@gmail.com

⁶ Bacharel em Enfermagem e Mestranda em Enfermagem pelo Programa de Pós Graduação em Enfermagem (PPGEnf) da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Chapecó-SC. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1757-5559>. E-mail: eduardaluizamds@gmail.com

⁷ Bacharel em Enfermagem e Mestrando em Enfermagem pelo Programa de Pós Graduação em Enfermagem (PPGEnf) da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Chapecó-SC. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5367-4987>. E-mail: jonatanznnn@gmail.com

⁸ Mestre em Mecatrônica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (PMPM/IFSC), Especialista em Metodologias do Ensino Superior e EAD pela Faculdade FAEL, Graduado em Engenharia de Controle e Automação pela UNISociesc. Professor e Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), *Campus* Chapecó-SC. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-5035-3158>. E-mail: giovani.ropelato@ifsc.edu.br

⁹ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora do Departamento de Serviço Social, nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social e no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), *Campus* Florianópolis-SC. Integrante do Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Políticas Sociais (NISFAPS) e da Rede de Pesquisa Família e Política Social (REFAPS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1470-7811>. E-mail: keli.regina@ufsc.br

¹⁰ Pós-Doutorando em Serviço Social com Bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), Edital 20/2024, e Doutor em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Pedagogia, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (Mestrado Acadêmico), e Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (Mestrado Profissional) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Chapecó-SC. Integrante do Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Políticas Sociais (NISFAPS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5961-9815>. E-mail: claudio.filho@uffs.edu.br, Orientador(a)

Transexuais (Brasil, 2013). No entanto, a burocracia excessiva, a escassez de centros especializados e a falta de capacitação profissional comprometem a efetividade do atendimento. Além disso, a marginalização dessa população e o desconhecimento sobre seus direitos resultam na busca por tratamentos informais, elevando os riscos de complicações médicas. O atraso na implementação de políticas públicas eficientes também reforça a exclusão social e sanitária das pessoas trans, dificultando a adesão ao atendimento especializado e forçando parte dessa população a alternativas precárias.

2 Objetivos

O objetivo geral é conhecer o processo de transição para pessoas trans dentro e fora do SUS de acordo com as Políticas Públicas vigentes.

3 Metodologia

O presente estudo adota uma abordagem metodológica mista, integrando técnicas qualitativas e quantitativas para investigar o processo de transição de gênero vivenciado por pessoas trans na cidade de Chapecó, localizada no estado de Santa Catarina. A pesquisa foi direcionada a indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, que possuem ensino superior completo, são residentes do município e utilizam os serviços do SUS. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas estruturadas de forma remotas, conduzidas via plataforma *Google Meet*®, garantindo acessibilidade e segurança aos participantes. Para a interpretação e categorização das informações obtidas, recorreu-se à análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin, permitindo uma leitura aprofundada e estruturada dos discursos. Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS (parecer nº 3.547.323, CAAE nº 19369019.8.0000.5564).

4 Resultados e Discussão

Foram entrevistados 3 participantes, dentre as características do grupo pesquisado, todos já haviam realizado a transição social, 33,3% está realizando transição hormonal e nenhum participante realizou procedimento cirúrgico até o período da entrevista. Destes, $\frac{1}{3}$ realiza o processo de transição hormonal exclusivamente via sistema público de saúde, $\frac{1}{3}$

parcialmente e $\frac{1}{3}$ exclusivamente via iniciativa privada. Assim como 33,3% já realizou uso de hormônios de maneira clandestina, sem acompanhamento adequado.

A demora e a falta de informação nos serviços de saúde estimulam esse comportamento. A falta de um fluxo padronizado e eficiente no SUS para atendimento da população trans faz com que muitos desistam da busca pelo atendimento público, recorrendo a grupos de apoio online e redes sociais para obter informações sobre hormonização e procedimentos cirúrgicos. Essa realidade reforça a desigualdade de acesso à saúde, especialmente para aqueles em situação de vulnerabilidade financeira, que não podem custear tratamentos na rede privada. Além disso, a inexistência de um protocolo unificado nas UBSs impacta a continuidade do cuidado, gerando relatos de atendimentos desumanizados e constrangedores (Miskolci *et al.*, 2022).

Os entrevistados relataram dificuldades na obtenção de informações sobre seus direitos dentro do SUS, demonstrando um desconhecimento generalizado por parte dos profissionais de saúde. A ausência de materiais educativos e de profissionais capacitados agrava a desinformação e perpetua a exclusão dessa população dentro dos serviços públicos de saúde (Cardozo Rocon *et al.*, 2020). A evasão do SUS e a automedicação emergem como alternativas arriscadas diante dessa carência assistencial, elevando os riscos de complicações médicas e efeitos adversos severos, como problemas cardiovasculares e transtornos hormonais. A centralização dos serviços especializados em poucos centros hospitalares representa outro obstáculo significativo. Para realizar cirurgias de redesignação de gênero, muitos pacientes precisam viajar longas distâncias e enfrentar filas de espera prolongadas, levando alguns a buscarem procedimentos clandestinos ou a desistirem da cirurgia. Esse fator expõe uma contradição dentro do SUS, que, embora tenha avançado na criação de políticas públicas para a população trans, ainda apresenta falhas estruturais que dificultam a aplicação prática dessas diretrizes.

A fragilidade da rede de apoio emocional também foi identificada como uma barreira importante. Durante o processo de transição, o suporte psicológico é essencial para lidar com os desafios sociais e emocionais que surgem, como preconceito, discriminação e conflitos familiares. Contudo, os participantes indicaram que o acesso a psicólogos e assistentes sociais capacitados para atender essa população é escasso, tornando a transição ainda mais solitária e desafiadora.

As dificuldades de acesso ao Processo Transexualizador, reveladas ao longo da pesquisa, evidenciam uma série de fragilidades estruturais que comprometem o atendimento

integral e digno à população trans. A burocratização dos serviços, a escassez de profissionais capacitados, a centralização dos centros especializados e a inexistência de um fluxo de atendimento unificado dificultam a adesão ao processo e afastam muitos usuários do SUS. Como consequência, cresce a procura por alternativas informais e não supervisionadas, como a automedicação hormonal, o que representa sérios riscos à saúde física e emocional dessa população.

5 Conclusão

Para garantir um cuidado adequado e humanizado, é fundamental o fortalecimento e a ampliação das políticas públicas voltadas às pessoas trans. Isso inclui não apenas a capacitação contínua dos profissionais de saúde em todas as esferas do SUS, mas também a criação e padronização de protocolos específicos, o aumento do número de centros de referência e a descentralização dos serviços para que cheguem a diferentes regiões do país. A conscientização da população em geral e dos próprios profissionais sobre os direitos das pessoas trans também é essencial para combater preconceitos e assegurar uma atenção mais inclusiva. Além disso, a inserção de profissionais de saúde mental qualificados no acompanhamento ao longo da transição é indispensável para garantir suporte emocional diante dos desafios sociais, familiares e psicológicos vivenciados. O processo de transição de gênero vai muito além do aspecto biomédico; ele envolve identidade, reconhecimento social e qualidade de vida. Portanto, é dever do Estado assegurar que este processo seja conduzido com segurança, respeito e dignidade. O investimento em políticas de inclusão e em um SUS verdadeiramente acolhedor é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e comprometida com os direitos humanos.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lgbt.pdf.

CARDOZO ROCON, P. et al. Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. **Trabalho, Educação e Saúde [Internet]**, v. 18, n. 1, p. 0023469, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/4067/406761153005/406761153005.pdf>.

MISKOLCI, R. et al.. Desafios da saúde da população LGBTI+ no Brasil: uma análise do cenário por triangulação de métodos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 10, p. 3815–3824, out. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/hWZDMgSHpzyTdrZ4QcSRXj/>.

Palavras-chave: Saúde Coletiva; Pessoas Transgênero; Equidade no Acesso aos Serviços de Saúde; Barreiras ao Acesso aos Cuidados de Saúde.

Nº de Registro no sistema Prisma: PES-2023-0574

Financiamento



fapesc
Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina



GOVERNO DE
**SANTA
CATARINA**
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), EDITAL Nº 74/GR/UFGS/2023, número de registro no sistema de projetos PRISMA/UFGS PES-2023-0570; e Bolsa de Pós-Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFGS), financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), Edital 20/2024.